

**REVISTA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E CIÊNCIA POLÍTICA**  
**SUMÁRIO Nº 22 JAN./MAR. 1998**

**I DOCTRINA**

Limites constitucionales al legislador de la televisión – JAVIER GARCÍA ROCA  
p. 07

Ética administrativa num país em desenvolvimento – TERCIO SAMPAIO FERRAZ JR  
p. 38

O princípio da moralidade no Direito Público – CELSO RIBEIRO BASTOS  
p. 44

Sobre a Súmula 343 – TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER  
p. 55

União estável. Antiga forma de casamento e fato – ÁLVARO VILLAÇA AZEVEDO  
p. 65

Política urbana e a questão habitacional – MARIA GARCIA  
p. 72

A inconstitucionalidade – NELSON OSCAR DE SOUZA  
p. 97

Devido processo legal e o procedimento administrativo – DINORÁ ADELAIDE  
MUSSETTI GROTTI p. 118

O princípio da moralidade administrativa – OSWALDO OTHON PONTES SARAIVA  
FILHO p. 129

O processo objetivo da ação direta de inconstitucionalidade – IVAN LELIS BONILHA  
p. 133

O reconhecimento e as garantias constitucionais dos direitos fundamentais – ANDERSON  
C. LOBATO p. 141

A liberdade e informação, a livre iniciativa e a Constituição Federal de 1988 –  
HELENILSON C. PONTES p. 160

Poder Constituinte derivado e seus limites materiais – EDUARDO DIAMANTINO  
BONFIM E SILVA p. 177

Princípios constitucionais. Subsistema e interpretação. DALTON LUIZ DALLAZEM  
p. 199

Mutação constitucional: revisão e emenda na Constituição Federal de 1988. Aspectos  
jurídicos. FLÁVIA RODRIGUES DARAYA, GIOVANE ROSÁRIO FERREIRA, JOSÉ  
REINALDO DA SILVA, JULIANA RITA FLEITAS, RITA DE CÁSSIA LOPES GAMA  
p. 211

O princípio da moralidade administrativa. JOAQUIM ANTÔNIO CASTRO AGUIAR  
p. 265

Medidas cautelares satisfativas: o art. 5º, XXV e o direito de ação. J. E. CARREIRA ALVIM p. 268

Sobre o projeto de Lei de Imprensa. ANIS JOSÉ LEÃO p. 278

Custas processuais e acesso à Justiça. ANTÔNIO SOUZA PRUDENTE p. 292

Aspectos penais dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade. FLÁVIA D'URSO ROCHA SOARES p. 311

## **II ESTUDOS E PARECERES**

Regime jurídico da exploração das redes ferroviárias. CELSO RIBEIRO BASTOS p. 323

Participação de empregados no lucro das empresas. Inteligência do art. 7º, inc. XI, da Constituição Federal e das Medidas Provisórias 1.355/1.397 de 1996. Não aplicabilidade do art. 7º, inc. XI, às entidades sem fins lucrativos. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS p. 336

Exame nacional de cursos. Procedimento de avaliação. Portarias do Ministro da Educação. Inexistência de inconstitucionalidade. OSWALDO OTHON DE PONTES SARAIVA FILHO p. 349

Revisão constitucional no âmbito estadual. Legitimidade. INOCÊNCIA MÁRTIRES COELHO p. 363

## **III TRIBUNAIS**

Ação direta de inconstitucionalidade. Posse de deputados estaduais de São Paulo, eleitos a 15 e novembro de 1993 Min. SYDNEY SANCHES p. 375

Ação cível originária. Ação movida pela União Federal contra os Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, pretendendo a “efetiva definição e demarcação dos limites desses três Estados”, à luz do art. 12, § 5º, das disposições constitucionais transitórias, da Carta Política de 1988. Min. NÉRI DA SILVEIRA p. 384

Constitucional e administrativo. Membros do Magistério, categoria já beneficiada com aumento específico (30, 12%). Pretensão de reajuste de 28,86% concedido aos militares. Leis 8.622 e 8.627/93. Inconstitucionalidade por omissão. Possibilidade de discussão pela via ordinária. Constituição Federal, arts. 103, § 2º e 5º, inc. LV. Revisão geral de vencimentos. Impossibilidade de percepção de triplo aumento em relação aos professores. Deferimento quanto aos demais. Art. 37, inc. X, da Carta de 1988. ALDIR PASSARINHO JÚNIOR p. 392

Tributário. Constitucional. Contribuição para financiamento da seguridade social. Confins. Lei Complementar 70/91. Imunidade sobre operações relativas a combustível. Álcool.

Contribuições para seguridade social. LÚCIA FIGUEIREDO  
p. 405